

SAÚDE SUPLEMENTAR: UMA AGENDA PARA MELHORES RESULTADOS

- *Um bom sistema de saúde é essencial para garantir o bem-estar da população e a produtividade dos trabalhadores de um país.*
- *Diante de um sistema público que não atende à população, as empresas têm ofertado planos de saúde aos trabalhadores. Essa modalidade responde por cerca de 70% dos usuários de planos de saúde.*
- *Os custos com a saúde suplementar no Brasil vêm aumentando a taxas insustentáveis por causa de problemas regulatórios que remuneram o uso excessivo e inadequado do Sistema e geram assimetria no acesso a informações para contratantes e usuários.*
- *Caso não sejam implementadas mudanças regulatórias que incentivem a gestão sustentável e populacional da saúde, as empresas não conseguirão mais ofertar esse benefício aos trabalhadores.*

A saúde é elemento fundamental para o bem-estar da população, para a competitividade das empresas e para o desenvolvimento econômico e social do País.

No Brasil, a assistência à saúde envolve o Sistema Único de Saúde (SUS), de caráter público e universal, e o Sistema de Saúde Suplementar, cujo foco são os planos e seguros privados de assistência à saúde. Em ambos os casos, o crescimento dos custos tem motivado esforços para aumentar sua eficiência e efetividade.

Os custos de assistência à saúde têm aumentado de forma persistente e a taxas superiores à inflação, na maior parte dos países do mundo.

Há evidências de que esse crescimento tem sido ainda mais acelerado no Brasil e estima-se que, no triênio 2016-2018, os custos com saúde crescerão, em média, 10,9% ao ano, acima da inflação.

As despesas com consumo final de bens e serviços de saúde alcançaram 9,1% do PIB brasileiro em 2015, de acordo com dados do IBGE. As despesas do governo representavam 43% desse total, cabendo os 57% restantes às famílias e às instituições sem fins lucrativos a serviço das famílias (ISFLs). Esses valores são elevados, pois são direcionados principalmente à saúde suplementar, que alcança apenas cerca de 23% da população brasileira.

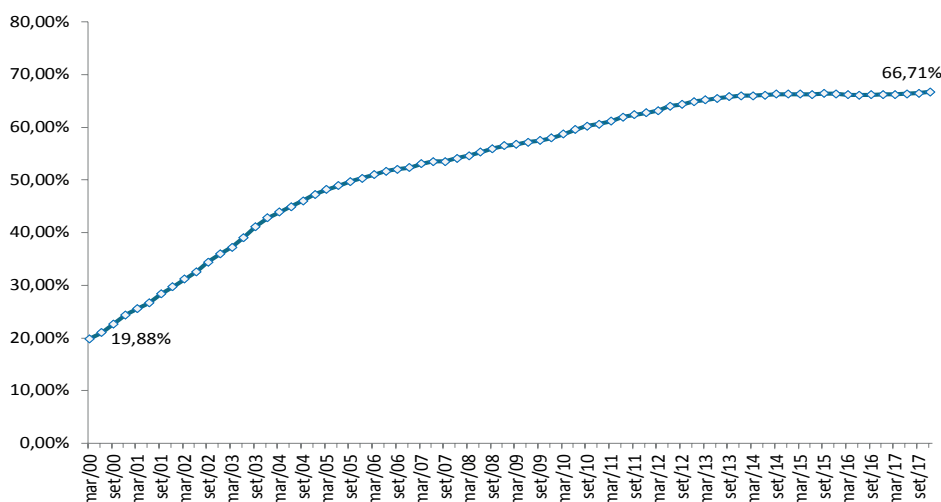
Cerca de 80% dos beneficiários de planos de saúde privados no Brasil têm planos coletivos empresariais ou por adesão. Os aumentos das mensalidades dos planos coletivos empresariais não são regulados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) o que contribui para o aumento de preços acima da inflação.

O setor industrial é responsável, parcial ou integralmente, pelo financiamento de quase 22% dos planos de saúde privados no país (10,2 milhões de beneficiários). O aumento de preços nos planos de saúde tem elevado os custos de cuidados com os trabalhadores das empresas industriais, **sem melhorar a qualidade e os resultados em saúde. É necessário melhorar a gestão para garantir a capacidade de provisão desse benefício aos trabalhadores da indústria.**

Os custos da saúde suplementar no Brasil têm aumentado muito por quatro principais motivos. O primeiro é a deficiência na assistência preventiva, que aumenta os casos de complicações e atendimentos emergenciais, mais caros que a prevenção.

O segundo é que a lógica de remuneração dos prestadores de serviço é baseada no número de procedimentos executados e não no resultado obtido no tratamento dos pacientes. Assim, há

PARTICIPAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DE PLANOS COLETIVOS EMPRESARIAIS NO TOTAL DE BENEFICIÁRIOS DE PLANOS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE. BRASIL, MAR. 2000-DEZ.2017



Fonte: ANS.

incentivos para executar procedimentos caros em excesso, com benefício marginal pequeno para a saúde dos beneficiários.

O terceiro é a adição de tecnologias ao rol de procedimentos mínimos a serem providos pelos planos de saúde, sem a devida análise da relação entre a efetividade da tecnologia e o custo da sua incorporação. Dessa forma, podem ser adicionados procedimentos caros com baixo benefício para a saúde e para o bem-estar da população coberta pelos planos.

O quarto problema identificado é a dificuldade de acesso aos dados agregados de saúde dos beneficiários dos planos coletivos empresariais. Caso as empresas tivessem acesso a esses dados, preservando a identidade dos beneficiários, poderiam fazer uma melhor gestão da saúde de seus trabalhadores, com foco em prevenção das doenças mais recorrentes e na contratação de planos mais eficientes e sustentáveis.

Principais recomendações

1 Estruturar um sistema de remuneração dos prestadores de serviços de saúde baseado em resultados e não no número de procedimentos executados.

2 Identificar ações a serem adotadas para reduzir a judicialização na área de saúde e fortalecer o entendimento técnico dos magistrados sobre o tema.

3 Implementar programas de atenção primária, com assistência integrada e foco na prevenção e no combate às doenças crônicas não transmissíveis.

4 Aperfeiçoar o processo de incorporação de tecnologias no rol da ANS, com a implementação de metodologias de avaliação de tecnologias em saúde (ATS), adequadas ao Sistema de Saúde Suplementar.

5 Desenvolver modelos de gestão clínica e econômica, amparados na coleta e na sistematização de evidências empíricas, avaliando a relação entre os resultados ou desfechos dos tratamentos avaliados e os custos associados à sua implementação.

6 Aprimorar os processos de disponibilização de dados aos usuários e contratantes, para a adequada gestão da saúde populacional. Resguardada a proteção à identidade dos usuários, a divulgação de dados deve possibilitar a identificação, pela empresa contratante, de tendências no acesso à saúde suplementar pelos seus trabalhadores.

Acesse a versão completa do documento por meio do QR code ao lado ou em: <http://www.cni.com.br/eleicoes2018/downloads/> Este resumo é parte da série *Propostas da Indústria para as Eleições 2018*, composta por 43 documentos. A série, baseada no *Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022*, é uma contribuição da CNI para o novo governo e apresenta análises e propostas das prioridades para aumentar a competitividade do Brasil. Qualquer parte desta publicação poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte. Brasília-DF, julho de 2018.



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA